

Governo ainda avalia projetos divulgados

BRASÍLIA - Não é possível dizer hoje, com exatidão, quantos adolescentes estão dentro das "Febems" do país. Nem quantas crianças esperam por pais adotivos em orfanatos.

Essas informações dependem da finalização do Sistema Integrado de Informações para Infância e Adolescência (SIPIA). O sistema ainda não funciona integralmente.

Em 2002, deverá receber R\$ 1,3 milhão dos R\$ 26 bilhões reunidos no Programa Nacional de Direitos Humanos. Caso não seja concluído, o governo Fernando Henrique Cardoso corre o risco de terminar oito anos de mandato sem números fundamentais para o planejamento de políticas sociais efetivas.

O orçamento atual prevê R\$ 500 mil na instalação da Autoridade Central Federal Administrativa de Adoção de Crianças e Adolescentes. E mais R\$ 400 mil na capacitação de técnicos e em pesquisas e estudos

Levantamento sobre o tema. Até o dia 10, não havia nenhuma autorização para projetos sociais é alto e governo pode não ser capaz de cumprir metas

estudos sobre o tema. Até o dia 10, não havia nenhuma autorização para liberar esses recursos. Segundo a Secretaria Nacional de Direitos Humanos,

a verba destinada a esses e outros programas do órgão chegará a tempo ao destino.

"Os departamentos estão na fase final da avaliação de projetos para este ano", diz Marcos Pinta Gama,

chefe de gabinete da Secretaria. O governo tem até 6 de julho para repassar o dinheiro destinado a Estados e municípios. A Secretaria também quer aplicar esse prazo às ONGs.

Um levantamento do Instituto de Estudos Sócio-Econômicos (Inesc) analisou 93 ações previstas no Plano de Direitos Humanos. São projetos sobre crianças, adolescentes, povos indígenas, educação, trabalho, reforma agrária, meio ambiente e alimentação. Juntos, somam cerca de R\$ 4,4 bilhões.

Edécio Vigna, cientista político e assessor do Instituto, afirma que esse valor é superior à soma dos orçamentos da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, do Superior Tribunal Federal do Tribunal Superior de Justiça e do Tribunal de Contas da União. Ele coloca em dúvida a capacidade do governo em cumprir a ambiciosa meta:

"O grande problema é que o governo não teve a capacidade de realizar orçamentos anteriores", compara Vigna. (C.G.)

♦

♦